

Okena Preservação de Recursos Naturais S.A.

Demonstrações Financeiras Individuais e
Consolidadas Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2021 e
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores da
Okena Preservação De Recursos Naturais S.A.

Opinião com ressalvas

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Okena Preservação De Recursos Naturais S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período compreendido de 06 de agosto de 2021 (data do início das operações) a 31 de dezembro de 2021, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito na seção a seguir, intitulada “Base para opinião com ressalvas, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Okena Preservação De Recursos Naturais S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o período compreendido de 06 de agosto de 2021 (data do início das operações) a 31 de dezembro de 2021, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas – pronunciamento técnico CPC PME (R1) – Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (NBC TG 1000 (R1)).

Base para opinião com ressalvas

Outros Créditos

Em razão do não recebimento de documentação suporte sobre o saldo registrado na rubrica de “outros créditos” do ativo não circulante, no valor de R\$1.400 mil, não nos foi possível avaliar sobre a existência ou não de ajustes nos saldos dessa rubrica, bem como sobre eventuais reflexos demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Imobilizado

Em razão do não recebimento de documentação suporte (notas fiscais de compra) para o saldo registrado na rubrica de “imobilizado” do ativo não circulante, no valor de R\$2.880 mil, não nos foi possível avaliar sobre a existência ou não de ajustes nos saldos dessa rubrica, conseqüentemente também não nos foi possível avaliar a depreciação no resultado no valor de R\$140 mil, bem como sobre eventuais reflexos demonstrações financeiras individuais e consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Deloitte refere-se a uma ou mais empresas da Deloitte Touche Tohmatsu Limited (“DTTL”), sua rede global de firmas-membro e suas entidades relacionadas (coletivamente, a “organização Deloitte”). A DTTL (também chamada de “Deloitte Global”) e cada uma de suas firmas-membro e entidades relacionadas são legalmente separadas e independentes, que não podem se obrigar ou se vincular a terceiros. A DTTL, cada firma-membro da DTTL e cada entidade relacionada são responsáveis apenas por seus próprios atos e omissões, e não entre si. A DTTL não fornece serviços para clientes. Por favor, consulte www.deloitte.com/about para saber mais.

A Deloitte é líder global de auditoria, consultoria empresarial, assessoria financeira, gestão de riscos, consultoria tributária e serviços correlatos. Nossa rede global de firmas-membro e entidades relacionadas, presente em mais de 150 países e territórios (coletivamente, a “organização Deloitte”), atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®. Saiba como os cerca de 345 mil profissionais da Deloitte impactam positivamente seus clientes em www.deloitte.com.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às pequenas e médias empresas (NBC TG 1000 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras individuais e consolidadas livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela Administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de agosto 2022



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Audidores Independentes Ltda.

CRC nº 2 SP 011609/O-8



José Ricardo Faria Gomez

Contador

CRC nº 1 SP 218398/O-1

OKENA PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora 2021	Consolidado 2021		Nota explicativa	Controladora 2021	Consolidado 2021
<u>ATIVO</u>				<u>PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>			
CIRCULANTE				CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.009	43.203	Fornecedores	11	2.039	662.757
Aplicação financeira	5	432.096	8.318.732	Empréstimos	12	-	40.095
Contas a receber	6	-	1.006.062	Salários, provisões e contribuições sociais	13	-	291.315
Impostos a recuperar e compensar	7	-	395.015	Impostos e contribuições a recolher	14	-	912.167
Despesas a apropriar		-	46.744	Outras provisões e obrigações		-	5.465
Outros ativos		-	82.988	Total do passivo circulante		2.039	1.911.798
Total do ativo circulante		433.105	9.892.744				
NÃO CIRCULANTE				NÃO CIRCULANTE			
Partes Relacionadas	10	-	1.164.535	Empréstimos	12	-	5.597.632
Depósitos judiciais		-	663.182	Provisão de contingências	15	-	69.914
Imobilizado	9	-	2.880.320	Impostos e contribuições a recolher	14	-	526.803
Intangível		-	154.763	Total do passivo não circulante		-	6.194.349
Investimento	8	7.618.330	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Outros créditos		-	1.400.000	Capital social	16	2.596.692	2.596.692
Total do ativo não circulante		7.618.330	6.262.800	Reserva de lucros	16	5.452.704	5.452.704
				Total do patrimônio líquido		8.049.396	8.049.396
TOTAL DO ATIVO		8.051.435	16.155.544	TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.051.435	16.155.544

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OKENA PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora 2021 (Ago- Dez)	Consolidado 2021 (Ago- Dez)
Receita líquida	17	-	3.693.264
Custo dos serviços prestados	18	-	(2.666.532)
LUCRO BRUTO		-	1.026.732
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Gerais e administrativas	19	(7.766)	(1.542.510)
Com vendas	19	-	(251.698)
Equivalência patrimonial	19	(931.313)	-
Outras receitas (despesas) operacionais	19	(884)	(34.105)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(939.963)	(801.581)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	43	145.424
Despesas financeiras	20	(420)	(275.461)
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL E ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(940.340)	(931.618)
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL			
Correntes	21	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(940.340)	(931.618)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OKENA PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2021</u>	<u>2021</u>
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(940.340)	(931.618)
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(940.340)</u>	<u>(931.618)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OKENA PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reserva de lucros	Lucros (Prejuízo) acumulados	Total do Patrimônio Líquido
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020		-	-	-	-
Aumento de Capital	16	2.596.692	-	-	2.596.692
Reserva de ágio na emissão de ações	16	-	6.393.044	-	6.393.044
Prejuízo do exercício		-	-	(940.340)	(940.340)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021		<u>2.596.692</u>	<u>6.393.044</u>	<u>(940.340)</u>	<u>8.049.396</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OKENA PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora 2021	Consolidado 2021
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro (prejuízo) líquido do exercício		(940.340)	(940.340)
Ajustes para reconciliar o lucro do exercício com o caixa líquido			
caixa (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais:			
Depreciação dos bens do ativo imobilizado	9	-	140.210
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	-	35.365
Resultado de equivalência patrimonial		931.313	-
Constituição de provisão para riscos cíveis, trabalhistas e tributários	15	-	69.914
Redução/(aumento) em ativos operacionais		-	-
Contas a receber		-	(1.041.427)
Impostos a recuperar		-	(395.015)
Despesas a apropriar		-	(46.744)
Partes relacionadas		-	(1.164.535)
Outros créditos		-	(2.146.170)
Fornecedores		2.039	662.757
Obrigações tributárias		-	1.438.970
Obrigações trabalhistas		-	291.315
Outras contas a pagar		-	5.465
Pagamento de juros e variações monetárias		-	(372.037)
Caixa gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		(6.988)	(3.462.272)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de ativos imobilizado e intangíveis	9	-	(3.175.293)
Compra e venda de títulos e valores mobiliários, líquidas		(432.096)	(8.318.732)
Aumento de capital em investida	8	(8.549.643)	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de investimento		(8.981.739)	(11.494.025)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	16	8.989.736	8.989.736
Captação de empréstimos	12	-	6.944.884
Pagamento de principal	12	-	(935.120)
Caixa líquido proveniente das (aplicados nas) atividades de financiamento	7	8.989.736	14.999.500
		-	-
REDUÇÃO EM CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		1.009	43.203
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	3	-	-
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	3	1.009	43.203
		(1.009)	(43.203)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

OKENA PRESERVAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS
E CONSOLIDADAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021
(Valores expressos em reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Okena Preservação De Recursos Naturais S.A (“Sociedade Anônima”) foi constituída em 06 de agosto de 2021, com sede e foro na Cidade de São Paulo, São Paulo - Av. Paulista, 771, Bela Vista.

A Sociedade foi criada com a intenção de usar a força dos negócios para gerar impacto positivo no planeta. Ao longo da história da Okena isso foi ficando mais claro com a vinculação da empresa com alguns movimentos como: Capitalismo Consciente, Sistema B, Ellen Macarthur Foundation e Pesquisa Humanizadas. A Okena tem como atividade principal coletar, tratar e destinar corretamente efluentes, de alta ou baixa complexidade, ácidos, alcalinos, emulsões, ou resíduos perigosos, usando processos físico-químicos e biológicos.

1.1. Impactos da COVID-19

A Administração da Empresa tem acompanhado todos os desdobramentos relacionados à pandemia causada pela COVID-19, com monitoramento diário da situação e das orientações e recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes e está tomando as medidas necessárias para garantir a saúde e o bem-estar de nossos colaboradores. O segmento operacional da Empresa teve um crescimento significativo para o exercício. A Empresa efetuou revisão de suas principais premissas na preparação das demonstrações financeiras e não identificou necessidade de alteração nas políticas já adotadas, uma vez que não sofreu impactos relevantes por conta do COVID-19.

Continuidade operacional

Essas demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios. Conforme apresentado na demonstração do resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a Companhia apresentou prejuízo de R\$ 611.293. A Administração da Companhia vem implementando medidas para adequar seus fluxos de caixa e alcançar a rentabilidade do negócio, sendo que a Companhia conta ainda com o suporte financeiro dos seus acionistas no caso de necessidade de caixa para cumprir com suas obrigações de curto prazo.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis descritas no pronunciamento técnico - Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC - PME - Contabilidade de Pequenas e Médias Empresas (Norma Brasileira de Contabilidade - NBC TG 1000 (R1)). Conforme facultado pela Resolução nº 1.162/09, emitida pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, a Empresa decidiu não apresentar a demonstração do valor adicionado.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas tendo o custo histórico como base de valor.

Essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda de apresentação definida pela Companhia. A moeda funcional da subsidiária e da controladora não difere da moeda local.

As principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

2.1. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas vigentes exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

2.2. Critérios de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas em conformidade com os critérios de consolidação previstos nas normas vigentes, abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e de sua controlada direta, conforme tabela a seguir:

	<u>2021</u>
Okena Tratamento de Efluentes e Lodos Ltda	100%

Principais procedimentos de consolidação

Na elaboração das demonstrações financeiras e consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base e consistentes com as práticas contábeis adotadas pela controladora. O processo de consolidação contempla os procedimentos previstos na legislação societária brasileira, a seguir descritos:

- (a) Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas.
- (b) Eliminação da participação da controladora no patrimônio líquido da entidade controlada.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras e na preparação do balanço patrimonial de abertura, exceto nos casos indicados em contrário.

3.1. Instrumentos financeiros

3.1.1. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos na data da negociação, momento no qual se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia não reconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial somente quando a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias:

Recebíveis

Recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Os recebíveis abrangem contas a receber de clientes e outros créditos a receber.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e contas bancárias, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo.

3.1.2. Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os passivos na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou vencida.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos bancários, fornecedores e outras contas a pagar.

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

3.1.3. Instrumentos financeiros derivativos

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possuía quaisquer operações com instrumentos financeiros derivativos.

3.2. Investimentos

Investimentos em empresas controladas são contabilizados ao custo, ajustado com base no método da equivalência patrimonial após a aquisição da participação societária, para fins de demonstrações financeiras individuais da controladora.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações da controlada com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio da controlada, a Controladora reconhecerá sua parcela nas variações ocorridas e divulgará esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido. Os ganhos e perdas não realizados, resultantes de transações entre a Controladora e suas controladas, são eliminados de acordo com a participação mantida na controlada.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Controladora em sua controlada. A Controladora determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que os investimentos nas controladas sofreram perdas por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Controladora calcula o montante da perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

3.3. Apuração de resultado

As receitas de prestação de serviços são reconhecidas pela emissão de notas fiscais, e as despesas, incluindo os rendimentos financeiros, são reconhecidas na demonstração do resultado do exercício pelo regime contábil de competência do exercício.

3.4. Redução ao valor recuperável

Os ativos que estão sujeitos à amortização e/ou depreciação são revisados para a verificação de “impairment” sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por “impairment” é reconhecida pelo valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do “impairment”, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGCs). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido “impairment”, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão e/ou manutenção do “impairment” nas datas de encerramento dos exercícios. A administração da Companhia e de sua controlada não identificou evidência que justificasse a necessidade de redução ao valor recuperável nos ativos financeiros e não financeiros, exceto pela provisão de crédito para liquidação duvidosa, em 31 de dezembro de 2021.

3.5. Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros ativos de aplicações financeiras. Receitas com juros são reconhecidas no resultado do exercício utilizando-se a metodologia de taxa efetiva de juros. As despesas financeiras compreendem basicamente as tarifas bancárias.

3.6. Instrumento financeiro

Definição

Instrumento financeiro é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para a entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial para outra entidade.

Ativos financeiros

Ativo financeiro é qualquer ativo que seja:

- a) Caixa.
- b) Instrumento patrimonial de outra entidade.
- c) Direito contratual:
 - i. De receber caixa ou outro ativo financeiro de outra entidade.
 - ii. De troca de ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições potencialmente favoráveis para a entidade.
- d) Um contrato que seja ou possa vir a ser liquidado por instrumentos patrimoniais da própria entidade, e seja:
 - i. Um não derivativo no qual a entidade é ou pode ser obrigada a receber um número variável de instrumentos patrimoniais da própria entidade.
 - ii. Um derivativo que será ou poderá ser liquidado de outra forma que não pela troca de um montante fixo de caixa ou outro ativo financeiro, por número fixo de instrumentos patrimoniais da própria entidade. Para esse propósito, os instrumentos patrimoniais da própria entidade não incluem os instrumentos financeiros com opção de venda classificados como instrumentos patrimoniais. Os instrumentos que imponham a obrigação a uma entidade de entregar à outra parte um pro-rata como parte dos ativos líquidos da entidade apenas na liquidação e são classificados como instrumentos patrimoniais, ou os instrumentos que são contratos para futuro recebimento ou entrega de instrumentos patrimoniais da entidade.

Passivos financeiros

- a) Uma obrigação contratual de:
 - i. Entregar caixa ou outro ativo financeiro a outra entidade.
 - ii. Trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições que são potencialmente desfavoráveis para a entidade.
- b) Contrato que será ou poderá ser liquidado por instrumentos patrimoniais da própria entidade, e seja:
 - i. Um não derivativo no qual a entidade é ou pode ser obrigada a entregar um número variável de instrumentos patrimoniais da entidade.
 - ii. Um derivativo que será ou poderá ser liquidado de outra forma que não pela troca de um montante fixo em caixa, ou outro ativo financeiro, por um número fixo de instrumentos patrimoniais da própria entidade. Para esse propósito, os instrumentos patrimoniais da entidade não incluem instrumentos financeiros com opção de venda que são classificados como instrumentos patrimoniais, instrumentos que imponham à entidade a obrigação de entregar à outra parte um pro-rata de parte dos ativos líquidos da entidade apenas na liquidação e são classificados como instrumentos patrimoniais, ou instrumentos que são contratos para futuro recebimento ou entrega de instrumentos patrimoniais da própria entidade.

Instrumento patrimonial é qualquer contrato que evidencie uma participação nos ativos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos. Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou que seria pago pela transferência de um passivo em uma transação não forçada entre participantes do mercado na data de mensuração. Instrumento com opção de venda é um instrumento financeiro que dá ao seu detentor o direito de retornar o instrumento ao emissor por caixa, ou outro ativo financeiro, ou retornar automaticamente ao emissor no caso de evento futuro incerto, morte ou aposentadoria do detentor do instrumento.

3.7. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

3.8. Empréstimos e financiamentos

Os empréstimos e financiamentos obtidos são reconhecidos, inicialmente, pelo custo de captação no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos obtidos são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (*pro rata temporis*), deduzidos dos custos de captação com base nas variações monetárias e cambiais, quando aplicável.

3.9. Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com razoável segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável nos próximos 12 meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

3.10. Imposto de renda e contribuição social

As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor na data do balanço. As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado.

Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia e suas controladas optam pelo regime de tributação com base no lucro real, o imposto de renda (25%) e a contribuição social sobre o lucro líquido (9%) são calculados observando-se suas alíquotas nominais que, conjuntamente, totalizam 34%, pela sistemática de apuração pelo lucro real na controladora.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2021</u>	<u>2021</u>
Bancos - conta movimento	1.009	43.203
Total	<u>1.009</u>	<u>43.203</u>

5. APLICAÇÃO FINANCEIRA

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2021</u>	<u>2021</u>
Aplicação Automática	432.096	1.130.960
Certificado de Depósito Bancário - CDB DI	-	7.178.244
Certificado de Depósito Bancário - CDB Pré Fixado	-	9.528
Total	<u>432.096</u>	<u>8.318.732</u>

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, são remuneradas substancialmente de acordo com índices que tenham como meta alcançar a variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI com taxa média de 105% sendo contratadas em bancos de primeira linha.

6. CONTAS A RECEBER

	<u>Consolidado</u>
	<u>2021</u>
Contas a receber	1.041.427
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	(35.365)
Total	<u>1.006.062</u>

A composição por vencimento das contas a receber é a seguinte:

	<u>Consolidado</u>
	<u>2021</u>
A vencer	776.510
Vencidos:	
Até 30 dias	162.699
De 31 a 120 dias	64.258
De 181 a 360 dias	27.370
Acima de 361 dias	10.590
Total	<u>1.041.427</u>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber utilizando o histórico de perdas por faixa de vencimento, que consideram os títulos vencidos até 360 dias, sendo considerada suficiente pela administração para cobrir eventuais perdas.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR E COMPENSAR

	<u>Consolidado</u> <u>2021</u>
Imposto de Renda - IRPJ	149.580
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	52.926
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	1.917
ISS a Recuperar	11.294
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	220
ICMS a Recuperar	163.141
Outros Impostos a Recuperar	15.937
Total	<u>395.015</u>

8. INVESTIMENTOS

	<u>Controladora</u> <u>2021</u>			
Okena Tratamento de Efluentes e Lodos	<u>7.618.330</u>			
Total	<u>7.618.330</u>			
	<u>Patrimônio</u> <u>Líquido</u>		<u>Saldo do</u> <u>investimento</u>	<u>Resultado de</u> <u>equivalência</u> <u>patrimonial</u>
	<u>31/12/2021</u>	<u>Participação</u> <u>%</u>	<u>31/12/2021</u>	<u>31/12/2021</u>
Okena Tratamento de Efluentes e Lodos	7.618.330	100%	7.618.330	(931.313)
Total	<u>7.618.330</u>	100%	<u>7.618.330</u>	<u>(931.313)</u>

Os investimentos são avaliados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais da Controladora e não possuem ações negociadas em bolsas de valores. Adicionalmente, referidos investimentos são integralmente eliminados para propósitos de demonstrações financeiras consolidadas.

9. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação (%)	Consolidado 2021
Infraestrutura		437.187
Móveis e Utensílios	10	544.795
Instalações	10	317.934
Máquinas e Equipamentos	10	3.739.929
Computadores e Periféricos	10	198.314
Aparelhos de Comunicação	10	49.332
Benfeitoria Em Bens Terceiros	20	1.186.588
Ar-Condicionado	10	7.353
Total Imobilizado		6.481.432
Depreciação acumulada		(3.601.112)
Total imobilizado, líquido		2.880.320

<u>Imobilizado</u>	Saldo em 31/12/2020	Adições / Aquisição	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Infraestrutura	-	437.187	-	437.187
Moveis E Utensílios	-	544.795	-	544.795
Instalações	-	317.934	-	317.934
Máquinas E Equipamentos	-	3.739.929	-	3.739.929
Computadores E Periféricos	-	198.314	-	198.314
Aparelhos De Comunicação	-	49.332	-	49.332
Benfeitoria Em Bens Terceiros	-	1.186.588	-	1.186.588
Ar-Condicionado	-	7.353	-	7.353
Total	-	6.481.432	-	6.481.432

<u>Depreciação</u>	Saldo em 31/12/2020	Adições / Aquisição	Baixas	Saldo em 31/12/2021
Infraestrutura	-	-	-	-
Moveis E Utensílios	-	(525.886)	-	(525.886)
Instalações	-	(198.189)	-	(198.189)
Máquinas E Equipamentos	-	(2.672.788)	-	(2.672.788)
Computadores E Periféricos	-	(90.036)	-	(90.036)
Aparelhos De Comunicação	-	(7.259)	-	(7.259)
Benfeitoria Em Bens Terceiros	-	(104.773)	-	(104.773)
Ar-Condicionado	-	(2.181)	-	(2.181)
Total	-	(3.601.112)	-	(3.601.112)
Total Imobilizado líquido		2.880.320	-	2.880.320

10. PARTES RELACIONADAS

	<u>Consolidado</u> <u>2021</u>
Okena Transportes de Resíduos	877.082
Okena Gerenciamento de Resíduos Ltda	287.453
Total	<u>1.164.535</u>

Em 31 de dezembro de 2021, a Sociedade possui dois contratos de mútuo com partes relacionadas.

Remuneração e benefícios da alta administração

A remuneração da administração é determinada pelos acionistas, conforme indicado no contrato social da Empresa. Assim, a remuneração da Administração foi de R\$ 955.029 em 2021, os quais foram apropriados ao resultado na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

11. FORNECEDORES

	<u>Controladora</u> <u>2021</u>	<u>Consolidado</u> <u>2021</u>
Fornecedores Nacionais	2.039	662.757
Total	<u>2.039</u>	<u>662.757</u>

12. EMPRÉSTIMOS

<u>Consolidado</u> <u>Instituição financeira</u>	<u>Modalidade</u>	<u>Taxa média de juros (%)</u>	<u>2021</u>
Santander	Cartão BNDES	Curto Prazo	12,53% a.a.
Safra	Capital de Giro	Longo Prazo	12,24% a.a.
Desenvolve - SP		Longo Prazo	8,00% a.a.
Itaú	Finame	Longo Prazo	16,08% a.a.
Safra	Capital de Giro	Longo Prazo	15,57% a.a.
			<u>5.637.727</u>
Passivo circulante			40.095
Passivo não circulante			<u>5.597.632</u>
			<u>5.637.727</u>

Mapa de Movimentação

<u>Descrição</u>	<u>Consolidado</u> <u>2021</u>
Saldo inicial	-
Adições	6.944.884
Pagamentos de juros	(372.037)
Pagamento de principal	(935.120)
Saldo final	<u>5.637.727</u>

“Covenants”

A Empresa também possui cláusulas restritivas não financeiras tais como:

- “Compliance” com leis trabalhistas.
- Ambientais.
- Regulatórias.

De acordo com o contrato de financiamento, as cláusulas restritivas não financeiras são exigíveis a partir do exercício de vigência dos contratos e estão atendidas.

13. SALÁRIOS E ENCARGOS SOCIAIS

	<u>Consolidado</u> <u>2021</u>
Provisão de Salários e encargos sociais	56.137
Provisão de férias e encargos sociais	169.695
INSS a recolher	51.729
FGTS a recolher	13.754
Total	<u>291.315</u>

14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>Consolidado</u> <u>2021</u>
ICMS a Recolher	1.040
IRPJ/CSLL a recolher	125.779
PIS/COFINS a Recolher	99.126
ISS a Recolher	682.343
Parcelamento PERT de demais débitos	526.803
Total	<u>1.435.091</u>
Curto prazo	912.167
Longo prazo	526.803
Total	<u>1.438.970</u>

15. PROVISÃO PARA RISCOS

A Companhia está envolvida em processos, nas esferas judicial e administrativa, oriundas do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias e trabalhistas e outros assuntos.

A Administração da Companhia acredita que eventuais desembolsos em excesso aos montantes provisionados, quando do desfecho dos respectivos processos, se houver, não afetarão de forma relevante o resultado das operações e a posição financeira da Companhia. Para aqueles riscos cujos desfechos negativos são considerados prováveis, a Companhia constituiu provisão para perdas no montante de R\$ 69.914 reais para causa trabalhistas, sendo o total de causas prováveis.

Causas com estimativa de perda classificada como possível

A Companhia possui processos judiciais referentes a litígios cíveis em virtudes de garantia de produtos, na avaliação dos seus assessores legais externos, com a probabilidade de perda “possível” no valor de R\$ 396.535, com natureza trabalhista e no valor de R\$ 851.794 de natureza civil. No entanto, a Companhia é da opinião de que em 31 de dezembro de 2021 não era conhecida nenhuma outra contingência significativa que devesse ser refletida nas demonstrações financeiras.

16. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

A Okena Preservação De Recursos Naturais S.A foi constituída em 06 de agosto de 2021, com um capital Social de R\$ 1.989.734 dividido em 1.989.734 quotas com o valor nominal de R\$ 1,00 real, parcialmente subscrito e integralizado pelos sócios no montante R\$ 1.989.734 dividido em 1.989.734 ações, em moeda corrente nacional, assim distribuídos entre os sócios.

Em 06 de agosto de 2021 a criação e emissão de 606.956 novas ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, com direito a voto de emissão da companhia pelo preço de emissão de R\$ 7.000.000 que serão subscritas e integralizadas. A parcela do preço de emissão total das novas ações equivalentes a R\$ 606.958 será alocada à conta do capital social da Companhia, de modo que o Capital Social Subscrito da Companhia passará de R\$ 606.958 para R\$ 2.596.692, e a parcela do preço de emissão total das ações equivalente a R\$ 6.393.044 será alocada á conta da reserva de capital da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social da Companhia é conforme demonstrado abaixo:

Sócios	Quotas	Valor
Rise - Fundo de Investimentos em Participações Multiestratégia	606.959	606.959
Francisco Teixeira	99.478	99.478
Ricardo Glass	1.890.247	1.890.247
Total	<u>2.596.692</u>	<u>2.596.692</u>

Política de distribuição de lucros

Distribuição do lucro apurado

Conforme Estatuto Social da Companhia, a destinação do lucro líquido apurado no exercício que se encerra em 31 de dezembro de cada ano se dará da seguinte forma:

- 5% para reserva legal, até atingir o montante de 20% do capital social.
- Distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido do exercício, após a constituição da reserva legal.
- O saldo não distribuído, se houver, terá a destinação que lhe for atribuída pela Assembleia Geral.

17. RECEITA LÍQUIDA

	<u>Consolidado</u> <u>2021</u>
Prestação Serviços	4.142.634
Receita de Venda Mercadorias	167.512
Receita bruta	4.308.386
Impostos sobre a Receita	<u>(616.822)</u>
Receita operacional líquida	<u>3.693.264</u>

18. CUSTOS SERVIÇOS PRESTADOS

	<u>Consolidado</u> <u>2021</u>
Serviços de terceiros	(464.125)
Aluguel e Condomínio	(233.827)
Água, esgoto, telefone e energia elétrica	(139.965)
Locações de equipamentos, veículos e outras	(253.622)
EPI	(21.956)
Seguros Responsabilidade Civil	(11.064)
Resíduos	(300.866)
Químicos	(93.110)
SIG	(3.389)
Despesas gerais	(140.066)
Gastos com pessoal	(555.262)
Impostos e taxas	(114.323)
Depreciações e amortizações	(80.320)
Manutenção de equipamentos e outros	<u>(254.638)</u>
	<u>(2.666.532)</u>

19. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2021</u>	<u>2021</u>
<u>Gerais e administrativas</u>		
Serviços de terceiros	(7.717)	(898.808)
Água, esgoto, telefone e energia elétrica	-	(22.217)
Locações de equipamentos, veículos e outras	-	(81.552)
Despesas gerais	(49)	(150.462)
Despesas com pessoal	-	(164.654)
Impostos e taxas	-	(40.942)
Depreciações e amortizações	-	(51.732)
Manutenção de equipamentos e outros	-	(3.265)
Propaganda	-	(83.686)
Aluguel de Imóvel	-	(9.451)
IPTU	-	(10.191)
Despesas com PCLD	-	(25.550)
Total	<u>(7.766)</u>	<u>(1.542.510)</u>
<u>Com vendas</u>	<u>2021</u>	<u>2021</u>
Despesas com pessoal	-	(163.752)
Despesas com Vendas	-	(46.051)
Impostos e taxas	-	(41.895)
Total	<u>-</u>	<u>(251.698)</u>
<u>Outras receitas (despesas) operacionais</u>	<u>2021</u>	<u>2021</u>
Multa de Trânsito	-	(547)
Despesas Indedutíveis	-	(9.114)
Taxas e Contribuições - Estaduais	-	(291)
Taxas e Contribuições	(884)	(18.070)
ICMS Diferencial de Alíquota	-	(1.068)
Mensalidade Associativa	-	(3.496)
Venda Bens de direito Ativo Imobilizado	-	250
Equivalência patrimonial	(931.313)	-
	<u>(932.197)</u>	<u>(32.336)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2021</u>	<u>2021</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Juros Recebidos	-	4.029
Descontos Obtidos	-	478
Rendimentos Aplicação Financeira	43	140.917
Total das receitas financeiras	<u>43</u>	<u>145.337</u>

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
	<u>2021</u>	<u>2021</u>
<u>Despesas financeiras</u>		
Juros e Multas	-	(12.088)
Descontos	(420)	(11.745)
Juros	-	(194.704)
Encargos financeiros	-	(56.924)
Total das despesas financeiras	(420)	(274.621)
Resultado financeiro líquido	<u>(377)</u>	<u>(129.284)</u>

21. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda foi calculado com base no lucro contábil ajustado na forma legal à alíquota de 15% e adicional de 10% para o saldo que superou R\$240 no ano. A contribuição social foi calculada com base no lucro contábil ajustado na forma legal à alíquota de 9%.

	<u>2021</u>	<u>2021</u>
	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	939.963	801.580
Taxa nominal de impostos combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social correntes	<u>319.587</u>	<u>272.537</u>
Adições (exclusão) permanentes	(316.646)	(3.945)
Diferenças temporárias e prejuízo fiscal não reconhecido	(2.940)	(268.592)
Despesa de imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	-	-

22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Considerações gerais

Os valores de realização estimados de ativos e passivos financeiros da Empresa foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e de metodologias apropriadas de avaliações. Como consequência, as estimativas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste no acompanhamento permanente das taxas contratadas “versus” as vigentes no mercado.

A Empresa não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos nem em outros ativos de risco.

b) Categoria de instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Empresa foram classificados conforme as seguintes categorias:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
<u>Ativos financeiros</u>		
Básicos:		
Caixa e equivalentes de caixa	1.009	43.203
Aplicações Financeiras	432.096	8.318.732
Contas a receber	-	1.006.062
<u>Passivos financeiros</u>		
Básicos		
Fornecedores - terceiros	2.039	662.757
Empréstimo	-	5.637.727

c) Gerenciamento de risco

Risco de crédito

A política de vendas da Empresa está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua Administração. Esse risco é gerenciado pela Administração por meio da análise seletiva de seus clientes, considerando a capacidade financeira de cada cliente (análise de crédito).

Risco de taxa de câmbio

O resultado da Empresa está suscetível a variações significativas em virtude dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente do iene e do dólar norte-americano. A Administração da Empresa, tendo em vista a exposição cambial líquida, acredita que a paridade entre o real e as moedas supramencionadas não terá efeitos significativos nos resultados futuros e, consequentemente, não contratou nenhum instrumento financeiro derivativo para proteger a exposição cambial da Empresa.

23. SEGUROS

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas, determinados por especialistas. A Administração considera que eles sejam suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo.

<u>Modalidade</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro ambiental	2.000.000
Seguro Empresarial	4.500.000
Seguro de responsabilidade civil	10.070.000

24. TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possui montante referente as adições/aquisições de imobilizado e intangível da nota explicativa nº 09 que não afetaram o caixa da companhia.

25. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pelos administradores da Sociedade em 19 de agosto de 2022.
